



Propuesta Educativa

E-ISSN: 1995-7785

propuesta@flacso.org.ar

Facultad Latinoamericana de Ciencias

Sociales

Argentina

Xavier Luz, Liliene
Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina
Propuesta Educativa, núm. 31, 2009, pp. 132-134
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
Buenos Aires, Argentina

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041703017>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina

LILIENE XAVIER LUZ *

O tema desta tese é a relação entre Estado, empresários e políticas educacionais no contexto das reformas no Brasil e na Argentina a partir dos anos de 1990, tendo como campo empírico-analítico as organizações empresariais.

A questão central que move este estudo é se os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governo educacionais.

A concepção de atores de governo está relacionada às instâncias que estão administrando, organizando e definindo as políticas educacionais. Ou seja, dentro do papel ativo e central do Estado no desenho das reformas educacionais, há sua reconfiguração, no sentido da transição da noção de um Estado unificado e onipresente para uma forma de governo mais pluralizada (De Marinis, 2008).

Partimos do pressuposto de que as reformas educacionais transcorreram num processo dinâmico de mudanças no modo de regulação social, que deu lugar à redefinição tanto do papel do Estado como do setor privado.

Particularmente, o associativismo empresarial ganhou um novo impulso na América Latina como uma das respostas à crise do capitalismo na região, em que o empresariado jogou papel importante na

reformatação da agenda política e econômica desses países, entre os anos de 1980 e 1990 (Bianchi, 2004). Período em que o poder público, através dos seus ministérios, priorizou a interlocução com as organizações do setor privado na gestão das políticas educacionais.

A reconfiguração do Estado e do associativismo empresarial, assim como de outros atores, impulsionou a criação de novos espaços de intermediação entre Estado e sociedade, bem como a emergência de novos modos de regulação das políticas educacionais (Barroso, 2006). Nesse processo, o empresariado é um dos atores que vem adquirindo expressão na esfera pública da educação. O espaço intermediário com o poder público e de atuação do empresariado tem sido as organizações de vários tipos, mas, sobretudo as que tiveram os grupos empresariais como fundadores ou como intermediários para sua criação.

Levando em conta esta diversidade e esta particularidade, nossa opção, portanto, foi por fazer um recorte do setor do empresariado que, por meio de distintas estratégias, participa da definição e da implementação de políticas educacionais. Assim, consideramos como crucial o papel desempenhado na educação pelas organizações criadas no conjunto do associativismo

Tesis Doctoral UNICAMP

Autor: Liliene Xavier Luz

Directora: Dra. Nora Krawczyk

Miembros del jurado:

Dra. Guillermina Tiramonti
(FLACSO-Argentina)
Dr. Vicente Rodriguez
(UNICAMP)
Dr. Salvador Sandoval
(UNICAMP)
Dra. Theresa Adrião
(UNESP)

Presentación: Febrero de 2009

132

DOSSIER / ENTREVISTA / ARTÍCULOS / RESEÑAS



Dra. en Educación, Universidade Estadual de Campinas; Prof. adjunta con dedicación exclusiva, Centro de Ciências da Educação da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: luzliliene@bol.com.br.

empresarial a partir da década de 1990, pois, embora —diferentemente das empresas— não visem lucro, as organizações agem de forma indireta, ajudando as empresas a obterem lucro, por meio da divulgação de sua imagem. Além do aspecto econômico, as organizações ligadas aos empresários estão mobilizando um conhecimento que é repassado por meio dos discursos e das representações sobre educação em diferentes espaços, a exemplo da mídia, bem como pelo material produzido para as escolas.

Essa forma de governar a educação vem se fortalecendo com a consolidação das políticas de descentralização no contexto pós-reforma educacional. Embora as análises em torno do tema dêem maior ênfase às políticas de municipalização ou provincialização, a depender da estrutura administrativa dos diferentes países, provavelmente o principal legado dessas políticas consiste nas distintas dinâmicas que alcançaram ao longo dos anos as estruturas de governo e a educação. Além da descentralização para os municípios, estados ou províncias, foram implementadas medidas de descentralização, tendo em vista a autonomia da escola e a criação de mecanismos de descentralização para o mercado, a partir do emprego da noção de responsabilidade social (Krawczyk, 2002).

Nesse cenário, os empresários passaram ver a educação pública como um espaço onde se pode intervir de diversas formas, como, por exemplo, na formação para o trabalho. Simultaneamente, o poder público incentiva a participação das empresas na educação por meio das parcerias intermediadas com as ONGs, os grupos de técnicos, as fundações empresariais etc., pois é principalmente por meio das parcerias que ocorre a interlocução do poder público com os grupos empresariais. Isso não significa dizer que o Estado deixou de se responsabilizar pela educação, mas pressupõe uma estrutura de gestão educacional em

que os setores da iniciativa privada passam também a definir políticas educacionais, tendo em vista as mudanças na governabilidade da educação pública.

Utilizamos como método de investigação a comparação, priorizando o enfoque histórico-sociológico, pois permite compreender a complexidade e a mediação do contexto social, histórico, político e cultural de cada país na implementação das diretrizes da reforma educacional e das ações impostas nesse processo (Karwczky y Vieira, 2003).

Nesse sentido, foi possível recuperar a trajetória e as características do Estado e do empresariado nos dois países e das relações que estes estabelecem no campo das políticas educacionais, para posteriormente adentrarmos no contexto das reformas recentes.

A pesquisa inclui como fontes primárias os(as) gestores(as) públicos(as) e diretores(as) das organizações, tendo como instrumentos entrevistas realizadas nos dois países. A definição de alguns critérios permitiu-nos trabalhar com seis organizações dos dois países. Lançamos mão também de outras fontes primárias, tais como legislação, estatutos e publicações das organizações, devido à ênfase dada pelo poder público à regulamentação da participação das organizações do setor privado e de pessoas voluntárias na gestão pública, o que acabou por propiciar a criação de um conjunto de centros, institutos e fundações de origem empresarial, com a finalidade de desenvolver ações sociais. As fontes secundárias incluem matérias de um dos principais jornais de cada país: no Brasil, o jornal Folha de São Paulo e, na Argentina, o diário La Nación. O período de referência da pesquisa compreende os anos entre 1995 e 2005.

Dentre as conclusões que chegamos, podemos afirmar em síntese que no caso da Argentina, o empresariado tem uma trajetória de par-

ticipação menor do que no Brasil, principalmente porque, ao contrário do Brasil, a Argentina criou um sistema educacional, subsidiando inclusive o setor privado que, em sua maioria, é representado pela Igreja Católica. Mas não somente pelo papel que o Estado exerce historicamente na educação; também porque o empresariado na Argentina se mostrou historicamente menos atuante na relação com o Estado do que no Brasil.

É mister considerar no caso da Argentina o avanço da *“reforma da educação nacional que se iniciou em 1992 com o processo de descentralização definitiva do sistema e se instituiu legalmente com a Lei Federal de Educação ditada em 1993”* (Tiramonti y Suasnábar, 2001, pág. 66) e as crises econômicas e sociais no início dos anos 2000, quando o empresariado ressurgiu, após um longo período de desindustrialização, mostrando-se mais preocupado com as questões sociais e, encontrando no espaço descentralizado um nicho de aproximação com o “poder local”. No Brasil, porém, as reformas e as crises não são parâmetros para a inserção do empresariado na educação, mas para a ampliação de seus espaços de atuação, bem como de aproximação com os municípios.

Nesse universo encontra-se um amplo leque de ações que envolvem os aspectos pedagógicos, as relações comunitárias e as políticas educacionais mais amplas. As organizações empresariais tornaram-se também um dos “mediadores sociais” incentivados pelo poder público para atuar nas atividades curriculares, extra-curriculares, na ocupação do tempo livre, para compensar o *“déficit”* das atividades educativas ou das políticas compensatórias (Barroso, 2005).

As diferenças entre o Brasil e a Argentina, no que concerne à participação do empresariado na esfera pública de educação, devem-se ainda à maneira como as organizações

agem como atores de governo. Muitas embora as organizações empresariais, como um todo, participem da educação de forma ao mesmo tempo focalizada e pluralizada, agem direta e indiretamente nas políticas educacionais. No Brasil essa forma de participação tem uma característica mais indutiva, no sentido de que a maioria das organizações está influenciando politicamente

os programas de governo para que o poder público implemente ações socioeducacionais.

Por fim, respondendo a pergunta inicial da pesquisa: os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governo educacionais? São e não são novos atores, apresentam-se de forma distinta no governo da educação, pela forma como seus

espaços de atuação foram redefinidos e readaptados no processo das reformas recentes, em que o Estado pluraliza os meios de governar, sem deixar de agir como ator central.

Recibido el 16 de mayo de 2009.

Bibliografía

- BARROSO, João, *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores*, Lisboa, Educa, 2006.
- _____, "O Estado, a educação e a regulação das políticas educativas", en *Educação e Sociedade*, Vol 26, No 92, Campinas, São Paulo, Cedes, Cortez, 2005.
- BIANCHI, Álvaro, *O Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*, Campinas, São Paulo, 2004 (Tesis de doctorado).
- DE MARINIS, Pablo, *Comunidad, globalización y educación: Algunas reflexiones acerca de la "desconversión de lo social"*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, Conicet, 2008.
- KRAWCZYK, Nora, "Em busca de uma nova governabilidade na educação", en OLIVEIRA ANDRADE, Dalila y ROSAR, Ma. de Fátima (Org.), *Política e gestão da Educação*, Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- KRAWCZYK, Nora y VIEIRA, Vera, "Estudos comparados nas análises sobre política educacional da América Latina", em KRAWCZYK, Nora y WANDERLEY, Luis Eduardo (Org.), *América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada*, São Paulo, Cortez, 2003.
- TIRAMONTI, Guillermín y SUASNÁBAR, Claudio, "La reforma educativa nacional. En busca de una interpretación", en TIRAMONTI; Guillermín (Org.), *Modernización educativa de los 90. ¿El fin de la ilusión emancipadora?*, Buenos Aires, FLACSO, Temas Grupo Editorial, 2001.